



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
02 DE MAIO DE 2018

N.º 09/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Declaração apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles	4
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Projeto de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião.....	5
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Delegação de Competências – Informação do Presidente da Câmara Municipal	6
Serviços de Tesouraria	
3 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 13 a 26 de abril de 2018.....	7
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
4 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	7
5 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência.....	8
6 – Pedido de Autorização para a Realização de Permuta entre o lote 22 e o lote 13 da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião – Requerente: Construções Américo Carlos Lda.....	9
UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
Serviço da Cultura	
7 – Comissão de Festas em Honra de Santo António – Alvações do Corgo – Pedido de Subsídio.....	11



Serviços do Desporto

- 8 – Rampa SANTA MARTA – Clube Automóvel da Régua – Comparticipação Financeira –
Protocolo de Colaboração..... 13

Serviços da Ação Social

- 9 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Formação – Pedido de
Comparticipação Financeira..... 14

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 16



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Declaração apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração: -----

----- 1.1 – “DECLARAÇÃO. -----

----- Período antes da ordem do dia -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Exmos. Senhores Vereadores -----

----- Exmo. Senhor Secretário -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, refere o seguinte: -----

----- 1 – Agradeço os convites que me têm sido endereçados para participar nos eventos organizados pelo Município. Procuro estar presente, contudo quero clarificar que se estive ausente nalguns casos, deve-se unicamente por ter outros assuntos inadiáveis da minha vida pessoal, e profissional agendados. -----

----- 2 – Questiono o Senhor Presidente da Câmara para quando está prevista alguma intervenção, nomeadamente obras de manutenção, nos seguintes edifícios públicos: -----

----- Pintura e arranjos no exterior das fachadas do edifício dos Paços do Concelho; -----

----- Pintura e arranjos no exterior de fissuras do Auditório Municipal; -----

----- Pintura e outros arranjos na zona de receção das Piscinas Municipais; -----

----- Pintura e outros arranjos no Fórum de Atividades; -----

----- Tratando-se de edifícios simbólicos municipais e de utilização intensiva pelos nossos munícipes é natural que os sinais de desgaste surjam facilmente, o que na nossa opinião, requiere uma maior frequência de obras de manutenção e conservação. -----

----- 3 – Questiono o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o andamento das operações de limpeza das faixas de proteção, e se prevê que estaremos mais bem preparados em matéria de prevenção e combate a fogos florestais durante este ano de 2018. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 09 de 02 de maio de 2018



----- 4 – Questiono o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a aplicação das medidas de autoproteção destinado às populações do programa “Aldeia Segura” publicado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, em abril de 2018. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 02 de maio de 2018. -----

----- O vereador, Ass: Daniel Teles -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles – PPD/PSD.” -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Projeto de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião

----- 1 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A intervenção da Câmara Municipal é essencial para assegurar o desenvolvimento das crianças e jovens, a um nível local, e assegurar-lhes o acesso a atividades que proporcionem o envolvimento, num ambiente cultural, recreativo e desportivo, com outros jovens de faixas etárias próximas que partilham necessidades idênticas; -----

----- É objetivo dos Campos de Férias proporcionar iniciativas exclusivamente destinadas a crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, com a finalidade de durante um período determinado de tempo, proporcionar um programa organizado de caráter educativo, cultural, desportivo e recreativo; -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião, atribuindo aos interessados um prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que tivessem por conveniente; -----

----- Concluído que está esse prazo e não se tendo verificado a apresentação de sugestões, submete-se à consideração de Vª Exª. a proposta de projeto do referido Regulamento que, caso

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 09 de 02 de maio de 2018



mereça concordância, se sugere que o mesmo seja aprovado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

----- a) O projeto de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal, para efeito do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro; -----

----- c) Que, em caso de aprovação pelo órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos, no sítio da Internet do Município, e mediante publicação no Diário da República.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião e submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de abril.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 03 a 17 de abril de 2018. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia

13 a 26 de abril de 2018

----- 3 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 a 26 de abril de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	26/04/2018
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais		2 112 808,90
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	1 821 198,51	
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	291 610,39	
Receitas Orçamentais		2 086 456,73	Operações de tesouraria		118 229,09
Correntes	2 040 908,63		Saldo para o dia seguinte:		170 240,95
Capital	45 548,10		Execução orçamental	66 599,64	
Operações de tesouraria		120 994,26	Operações de tesouraria	103 641,31	
Total		2 401 278,94	Total		2 401 278,94

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma,



referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de abril de 2018 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência

----- 5 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 11 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de março, de 2018. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “Direito de preferência de organismos públicos”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----



----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**Pedido de Autorização para a Realização de Permuta entre
o lote 22 e o lote 13 da Zona Oficial de Santa Marta de
Penaguião – Requerente: Construções Américo Carlos Lda**

----- 6 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "I - CONSIDERANDOS FACTUAIS -----

----- No dia 26 de fevereiro de 2015, foi celebrada a escritura de compra e venda do lote 13 e 22 entre o Município de Santa Marta de Penaguião e a empresa Construções Américo Carlos Lda. e a Marãotir-Transportes Unipessoal, Lda., respetivamente. -----

----- Através de ofício, datado de 6/3/2018, a titular do lote 22 deu entrada a um pedido de autorização de permuta entre o seu lote e o lote 13. -----

----- II – ANÁLISE -----

----- No ato notarial encontram-se clausuladas as obrigações dessas empresas quanto à inalienabilidade, mais concretamente, os exercícios do direito de reversão e de preferência do Município plasmados, respetivamente, nos artigos 22.º e 23.º do Regulamento de Vendas de Lotes de Terreno da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião, tendo ainda este último direito e enquanto condição encontrarem-se cumpridas as obrigações licenciadoras e construtivas contidas no artigo 20.º do mesmo Regulamento. -----

----- E apesar de o artigo 16.º referir-se aos seguintes negócios jurídicos: alienação, arrendamento e utilização, sendo omissos relativamente às permutas. -----



----- Consabidamente a alienação como a permuta são "*contratos bilaterais sinalagmáticos*", em que, por força deles mesmos, emergem obrigações para *ambas as partes*, unidas uma à outra por um vínculo de *reciprocidade* ou *interdependência*".-----

----- Não existe dúvida alguma de que, na compra - *mesmo face à definição legal do artigo 874º do Código Civil* - o sinalagma da aquisição da coisa pelo contraente comprador é o *preço* que tem de ser pago ao vendedor. E que, na permuta, ele consiste na entrega de uma *outra coisa* que, em troca, é entregue pela contraparte. -----

----- Atualmente a troca ou permuta não é objeto de regulamentação específica no Código Civil português, mas desta omissão não se pode extrapolar que o legislador quisesse afastar tal contrato, daí decorrendo apenas o entendimento de que seria desnecessária qualquer referência específica; em termos gerais, pode afirmar-se que a tónica é colocada no facto de um dos contraentes dar uma coisa para receber outra, excluindo o dinheiro como contrapartida - *exclusiva ou maioritária* - e remetendo subsidiariamente para a regulamentação prevista para a compra e venda, com as devidas adaptações. -----

----- Esclarecida a questão da integração do ato de permuta no conceito de alienação e voltando ao caso concreto, estipula a norma ínsita no art.º 16.º do Regulamento de Vendas de Lotes de Terreno da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião que tal negócio jurídico necessita de obtenção de prévia autorização da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, enquanto não tenha sido dado pleno cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Regulamento. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos da autarquia procederam à monitorização do cumprimento das obrigações constantes do artigo supra tendo aferido que a empresa não cumpriu o clausulado no n.º 1 do citado artigo 20.º; todavia a afetação dos lotes ao fim específico que justificou a transmissão mantém-se sem alterações. -----

----- Memoremos que se mantém o fim específico dos lotes, sendo que estes investimentos são de extrema importância para a alavancagem da economia local, constituindo obrigação do poder local manter e deter uma visão prática e concreta do investimento numa região, o que, por sua vez, permitirá promover o desenvolvimento económico ao mesmo tempo que melhora a qualidade de vida dos munícipes. -----

----- O investimento nas zonas oficiais/industriais é uma das chaves fundamentais, já que representa um caminho que não só permite melhorar todo o funcionamento e economia do



concelho, como trará ganhos económicos, do ponto vista da qualidade e também na economia local e regional. -----

----- Aliás, é hoje consabido que o investimento deve ser também efetuado por o mesmo ter reflexo na área da inclusão social e que o inverso conduz a fenómenos de desertificação e à ausência de dinamismo económico. -----

----- III – PARECER -----

----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal que autorize a permuta entre o lote 22 e o lote 13 da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião, propriedade das empresas: Construções Américo Carlos Lda. e Marãotir-Transportes Unipessoal, Lda., respetivamente. -----

----- O contrato de permuta deverá incorporar/manter a condição de exercício dos direitos de preferência e de reversão por parte do Município regulada nos termos dos artigos 22.º e 23.º do Regulamento de Vendas de Lotes de Terreno da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião.” --

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a permuta, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

----- **O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, ausentou-se na discussão e votação deste ponto.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Cultura**

Comissão de Festas em Honra de Santo António

– Alvações do Corgo – Pedido de Subsídio

----- 7 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra de Santo António, registado sob o n.º 822 do dia 6 de abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----



----- “Exmo. Presidente do Município de Santa Marta de Penaguião, como tem sido habitual ao longo de vários anos, irá ser realizada a festa em honra de Sto. António o padroeiro da freguesia de Alvações do Corgo. -----

----- Gostaríamos de contar com a vossa colaboração para a realização da mesma.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros).** -----

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO. -----

----- *Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, vem declarar o seguinte: -----*

----- *De acordo com a alínea o) do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “deliberar sobre a forma de apoio a entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos.” -----*

----- *Sou da opinião que a atribuição de subsídios de forma pecuniária deverá enquadrar-se no Regulamento do Movimento Associativo, de modo a constar na lista de entidades locais legalmente constituídas, para que lhe seja atribuído um subsídio ordinário anual. -----*

----- *No caso em apreço, tratando-se de uma festa tradicional, que se realiza uma vez no ano, tal como acontece nas demais freguesias, torna-se necessário que seja definida como FESTA TRADICIONAL, zelando pelo cumprimento das normas legais no que respeita a fogos de artifício, seguros, segurança dos cidadãos, regulação de trânsito, bem como as necessárias condições de higiene e salubridade de produtos de consumo e recintos utilizados, etc. -----*

----- *Uma vez que não foi apresentado, nesta reunião, qualquer documento*



que faça o enquadramento legal para a atribuição do subsídio, não poderei votar favoravelmente. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 02 de maio de 2018. ---

----- O vereador, Ass: Daniel Teles -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles – PPD/PSD.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Machado, em face da declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, referiu:

----- “Como alguém disse, entre outras coisas: “O real conhecimento dos valores e tradições do concelho não está ao alcance de qualquer um”. Mais uma vez o Senhor Vereador do PPD/PSD demonstra o seu desconhecimento das realidades concelhias. As festas em Honra de Santo António, em Alvações do Corgo é das festividades que tem assegurado maior regularidade sendo, por isso, naturalmente, aceite por todos os Penaguienses como uma festividade tradicional daquela freguesia. -----

----- Por outro lado, a competência, o empenho e a dedicação de todos aqueles que, ano após ano, dedicam muito do seu tempo para a realização das festividades são o garante do cumprimento escrupuloso de todas as normas legais e de segurança, pelo que são extemporâneos os receios plasmados pelo Senhor Vereador.” -----

Serviço do Desporto

Rampa SANTA MARTA – Clube Automóvel da Régua

Comparticipação Financeira – Protocolo de Colaboração

----- 8 – Presente à reunião ofício do Clube Automóvel da Régua, registado sob o n.º 977 de 19 de abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “O Car-Clube Automóvel da Régua, contribuinte n.º 507624238, com sede no Apartado 41 – 5054-909 Peso da Régua, ao longo dos anos tem vindo a promover o Desporto Automóvel, desde a realização de Provas de Perícia, Rampas, bem como de Ralis, provas essas todas com o apoio da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting e com os Municípios envolventes.



----- Neste sentido, solicitamos um subsídio para Organização da Prova Desportiva "RAMPA SANTA MARTA" inserida no Campeonato Nacional da Montanha a realizar nos dias 16 e 17 de junho de 2018. A realização da prova permitirá a promoção do concelho de Santa Marta de Penaguião, uma vez que se trata de uma prova a contar para o Campeonato Nacional de Montanha JC GROUP. -----

----- Propomos deste modo que o valor total do subsídio seja de 9.000,00€, repartido em duas tranches no valor de 4.500,00€, a primeira liquidada até dia 15 de Maio de 2018 e a segunda até dia 8 de Junho de 2018. A primeira tranche permitirá suportar o licenciamento da prova." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 9.000,00€ (nove mil euros), a pagar em duas tranches ao Clube Automóvel da Régua, para, em parceria com o Município, organizar a RAMPA SANTA MARTA, bem como, a minuta do protocolo de colaboração a celebrar.** -----

Serviço da Ação Social

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes

– Formação – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 9 – Presente à reunião ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes, registado sob o n.º 1039 de 26 de abril do corrente ano, a informar que no decorrer do ano 2017 vários elementos do Corpo de Bombeiros participaram em cinco ações de formação para ingresso, promoção e aperfeiçoamento técnico.-----

----- Tendo em conta que a formação teve o custo de 750,00€, solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira, no sentido de minorar os custos advindos com a mesma. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao**



cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO. -----

----- *Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros, eleito nas listas do PPD/PSD, vem declarar o seguinte: -----*

----- *Uma vez que não foi apresentado, nesta reunião, qualquer documento comprovativo da realização das referidas formações, de modo a justificar a atribuição do subsídio, não poderei votar favoravelmente. -----*

----- *Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 02 de maio de 2018. ---*

----- *O vereador, Ass: Daniel Teles -----*

----- *Daniel Joaquim Andrade Teles – PPD/PSD.” -----*

----- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Machado, em face da declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, disse: –

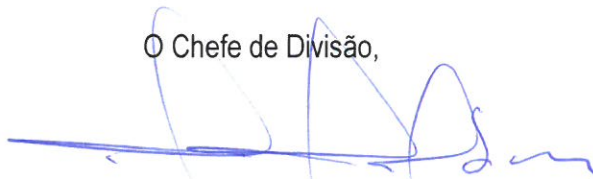
----- *“Por desconhecimento da realidade concelhia no que diz respeito à proteção civil, o Senhor Vereador está a por em causa a idoneidade, seriedade, credibilidade institucional, bem como a competência e dedicação dos dirigentes e dos voluntários da respetiva Corporação de Bombeiros, desrespeitando os sacrifícios de todos aqueles que dedicam a sua vida à defesa dos Penaguienses e dos seus bens.” -----*

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:20 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)